



Comissão de Infraestrutura discutiu ontem os problemas da aviação regional e as soluções para o setor, em audiência pública presidida por Fernando Collor (C)

Aviação regional precisa de investimentos

Em audiência ontem na Comissão de Infraestrutura, especialistas apontaram os principais obstáculos ao crescimento da aviação regional no país. **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.960 — Brasília, terça-feira, 1º de outubro de 2013



Em debate, como ter mais educação e menos violência

Comissões temporárias criadas por Renan Calheiros serão instaladas hoje e amanhã e têm 90 dias para propor melhorias aos sistemas públicos de ensino e de segurança

Será instalada hoje a comissão temporária composta por nove senadores destinada a propor soluções ao financiamento da educação no Brasil. A presidência deve ficar com Ângela Portela e a relatoria, com Cristovam Buarque.

Amanhã, será a vez da instalação do colegiado que discutirá os projetos em

tramitação que propõem mudanças no sistema de segurança pública. Composto por oito senadores, o grupo terá à frente Vital do Rêgo e, na relatoria, Pedro Taques.

Criadas por iniciativa do presidente do Senado, Renan Calheiros, as comissões terão até dezembro para elaborar propostas de melhorias para os dois setores. **6**



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan Calheiros (D) instala comissão em solenidade realizada em setembro

O país que se quer no futuro está em discussão no Senado

Instalada em setembro, a Comissão Senado do Futuro visa debater grandes questões nacionais e buscar o aperfeiçoamento do

Legislativo nessas áreas. Para o senador Cristovam Buarque, a ideia é fazer o "Brasil do futuro virar o Brasil no futuro". **8**

Juristas têm propostas para arbitragem e mediação **5**

Jonas Pereira/Agência Senado



Presidente Horacio Cartes (E) é recebido por Jorge Viana e dialoga com senadores sobre temas comuns aos dois países

Congresso apoia combate ao câncer de mama **2**

Paraguai quer voltar ao Mercosul

Em visita ao Senado ontem, o novo presidente do Paraguai, Horacio Cartes, sinalizou disposição do país de reintegrar o

bloco regional. Senadores debateram com o presidente diversos temas de interesse da agenda de desenvolvimento bilateral. **2**

Parecer sobre o Mais Médicos pode ser votado hoje **7**

Sessão especial discutirá novo pacto federativo **4**



MULHER,
TOME PARTIDO.

A política precisa de mais mulheres

Uma autêntica democracia requer maior participação das mulheres na política. Embora alcancem mais da metade da população, as mulheres ainda estão em minoria nos cargos eletivos dos Poderes.

Filie-se a um partido até 5 de outubro e participe das próximas eleições.

SENADO FEDERAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidente do Paraguai sinaliza volta ao Mercosul

Ao ser recebido pelo vice-presidente do Senado, Jorge Viana, Horacio Cartes afirmou que saída do país do bloco deixou a “família incompleta” e conversou sobre temas de interesse dos países vizinhos

EM VISITA AO Senado ontem, o presidente do Paraguai, Horacio Cartes, afirmou que o país está predisposto a voltar ao Mercosul. Cartes foi recebido pelo vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), e pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), além de outros senadores.

— A família está incompleta — disse Cartes, sobre o impasse da saída do Paraguai.

A suspensão do Paraguai do bloco se deu em junho de 2012, após o impeachment do então presidente Fernando Lugo, porque os demais países

discordaram da forma como ele foi deposto. Durante a suspensão, houve a incorporação da Venezuela ao bloco, o que é questionado pelo Paraguai.

Dirigindo-se a Cartes, Ricardo Ferraço afirmou que o retorno do Paraguai é muito importante para o bloco, que enfrenta desafios complexos, como acordos com outros blocos econômicos. O presidente da CRE disse acreditar que a declaração do presidente paraguaio foi um sinal claro de que o país tem intenção de voltar a fazer parte do Mercosul.

Integrante da representação brasileira do Parlamento do

Mercosul (Parlasul) e crítica da suspensão do Paraguai, Ana Amélia (PP-RS) elogiou o gesto do governo brasileiro em direção à reaproximação. Para a senadora, a visita do presidente do Paraguai é um momento político importante.

Ao desejar sucesso ao novo presidente, o vice-presidente do Senado afirmou que o crescimento econômico do Brasil é sustentado pela atividade rural, que também é uma vocação do país vizinho e fez um apelo em favor da paz no campo. Zeze Perrella (PDT-MG) defendeu a regularização da situação dos brasiguaios, brasileiros que contribuíram para a agricultura do Paraguai e que aguardam títulos de propriedade de terras. Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a renda básica incondicional a todos os cidadãos e entregou ao presidente paraguaio livro de autoria dele sobre o tema.

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu parcerias do Paraguai não só com os países vizinhos, mas também com estados brasileiros.



Iluminação faz alusão à cor do laço que simboliza combate à doença

Luta contra o câncer de mama é reforçada hoje com Outubro Rosa

O Senado e a Câmara iniciam hoje as comemorações do Outubro Rosa, movimento celebrado em diversos países cujo nome remete à cor do laço que simboliza a luta contra o câncer de mama. O slogan da campanha, “Acenda sua consciência”, é uma referência à iluminação especial que o Palácio do Congresso receberá a partir das 18h30.

Além da iluminação, será aberta ao público a exposição *Recomeço*, organizada pela Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília

(Recomeçar), na Senado Galeria.

A exposição retrata 20 mulheres que tiveram a mama reconstruída após mutilação decorrente do tratamento contra a doença, o que permitiu a elas resgatar a autoestima, a feminilidade e a confiança. A mostra apresenta uma abordagem inovadora do tema, com um olhar editorial de moda, aliado a breves depoimentos de mulheres para quem o câncer de mama representou um recomeço de vida.



Vice-presidente do Senado, Jorge Viana (D) cumprimenta o presidente Cartes

Evento discutirá 25 anos da Constituição

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes convidou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, à abertura de seminário que discutirá os 25 anos da Constituição. Mendes salientou que o evento, em 16 de outubro, comemora conquista inédita na República.

— Essa malfalada Constituição de 1988 nos trouxe até aqui num quadro de absoluta normalidade institucional.

Sobre a proposta de constituinte exclusiva para reformas setoriais, Mendes rejeitou “aventuras”, mas defendeu

mudanças via emendas. Ele comentou críticas do presidente do STF, Joaquim Barbosa, ao excesso de recursos na Justiça. Mendes considera os

recursos legítimos quando se busca o equilíbrio entre o processo legal e a celeridade, mas afirmou que muitos poderiam ser dispensados.



Ministro do STF Gilmar Mendes convida Renan Calheiros para seminário este mês

Alvaro Dias critica crédito a países e perdão de dívidas



Alvaro Dias (PSDB-PR) voltou a criticar ontem a política do governo brasileiro de conceder crédito para “ditaduras mundo afora” e de perdoar dívidas de países africanos que teriam governos “autoritários e corruptos”.

— Nossa rejeição a essa política é reiterada.

O senador deu como exemplo os créditos do BNDES de US\$ 98 milhões ao Zimbábue e de US\$ 210 milhões a Cuba. Para ele, é uma contradição “inaceitável” anistiar dívidas de outros países enquanto a população brasileira é obrigada a amargar a baixa qualidade de serviços públicos. Ele citou a situação da saúde, da segurança e do transporte no Brasil.

Câmara dará prioridade à PEC da perda de mandato



Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) reuniu-se ontem com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, para tratar da tramitação da PEC 18/2013, que torna automática a perda de mandato do parlamentar condenado pelo

Supremo Tribunal Federal (STF) por crime de improbidade administrativa ou contra a administração pública.

Alves garantiu celeridade a Jarbas, autor da proposta, por entender que ela “atende ao momento político que o Brasil vive”. O presidente da Câmara disse ter determinado prioridade no andamento da PEC 18, que aguarda o parecer do deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h Pauta trancada por três medidas provisórias: a que facilita a construção de silos pela Conab (MP 619/2013); a que capitaliza BNDES e Valec (MP 618/2013); e a que libera recursos para os municípios investirem em transporte público (MP 624/2013).

PRESIDÊNCIA Outubro Rosa

12h Renan participa de atividades do Outubro Rosa; às 14h, instalação da Comissão de Financiamento da Educação; às 15h45, recebe o ministro do STJ Felix Fischer; às 16h, ordem do dia. Às 18h40, comparece ao ato de iluminação do Congresso sobre o Outubro Rosa; e, às 19h, à posse do ministro João Otávio de Noronha no TSE.

ASSUNTOS MUNICIPAIS Isenção fiscal

8h Subcomissão de Assuntos Municipais examina projeto que isenta de ISS as atividades de inseminação artificial do gado, fertilização in vitro e similares. Antes, discute a pauta de trabalho.

CMA Defesa do consumidor

8h30 A comissão analisa projeto que veda sistemas de cobrança que submetam o consumidor a confinamento compulsório em locais fechados, dificultando a evacuação. Depois, instalação da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos.

CCT Telecomunicação pré-paga

9h Na pauta, projeto sobre o cadastramento dos usuários de serviços de telecomunicações na modalidade pré-paga.

CAE Habitação

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, proposta que retira a exigência de valores máximos de financiamento e de aquisição de imóveis no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

CDH Constituição e povos indígenas

10h A comissão debate os 25 anos da Constituição, com foco em conquistas para os povos indígenas e ameaças de retrocesso. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, é um dos convidados.

CE Medicina social

11h Na pauta, projeto que institui a prestação de serviço, em instituições públicas ou privadas, pelos graduados em Medicina que obtiveram diplomas em cursos custeados com recursos públicos.

MP DO MAIS MÉDICOS Relatório

11h30 Continuação da análise do relatório da comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a medida provisória que institui o Programa Mais Médicos.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO Debate

14h Instalação da comissão temporária criada com a finalidade de debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil.

OUTUBRO ROSA Câncer de mama

18h40 Lançamento do Outubro Rosa, com ato de iluminação do Congresso. O movimento simboliza a luta contra o câncer de mama.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

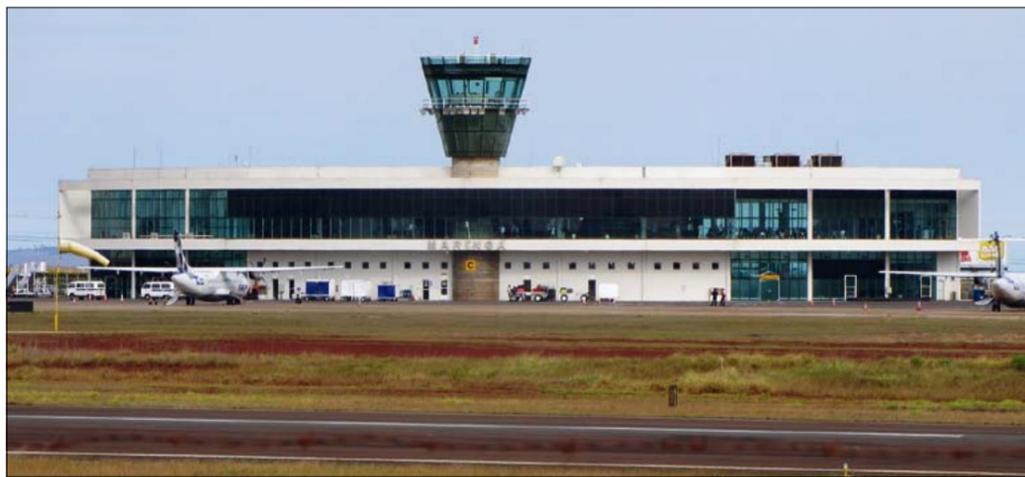
A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Debate aponta carências que podem ser amenizadas por programa do governo que prevê aplicação de R\$ 7,3 bilhões para fortalecimento e ampliação da aviação regional

Especialistas cobram infraestrutura para aviação

ESPECIALISTAS LIGADOS
A empresas e instituições públicas destacaram ontem, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), a importância do investimento para o crescimento da aviação regional. Lançado pela presidente Dilma Rousseff em dezembro de 2012, o Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos prevê a aplicação de R\$ 7,3 bilhões para fortalecimento e ampliação da aviação regional. Na primeira fase, serão beneficiados 270 aeroportos regionais.

Para Victor Celestino, diretor da Azul, não é só a falta de infraestrutura aeroportuária que dificulta a ampliação dos serviços: a limitação da infraestrutura rodoviária, a inexistência de transporte ferroviário e o custo da utilização do automóvel encarecem as viagens dos passageiros e restringem a demanda. Celestino destacou que todos os 105 aeroportos nos quais a Azul opera necessitam de



Aeroportos regionais, como o de Maringá (PR), precisam de pavimentação das pistas e instalação de cerca, admite Anac

investimento, seja para aumento da capacidade, seja por questões regulatórias.

Wagner William de Souza Moraes, superintendente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), explicou que a falta de infraestrutura pode gerar riscos. Ele citou a pavimentação das pistas, a instalação de cerca patrimonial para evitar acesso e a proteção do entorno do aeroporto como requisitos

essenciais para a segurança nas operações.

Representando o ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Moreira Franco, o assessor Mario Rodrigues informou que o Programa de Investimentos em Logística vai adequar 67 aeroportos do Norte, 64 do Nordeste, 65 no Centro-Oeste e 43 no Sul. Entre as mudanças realizadas, Mario Rodrigues

destacou a implantação de novas pistas nos aeroportos e a reforma e ampliação das já existentes.

O representante do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), Henrique Rubens de Oliveira, afirmou que a presença de aves na proximidade dos aeroportos é um importante fator de risco de acidentes. Grande parte dos municípios

lançam resíduos em lixões que atraem os animais em busca de alimentos. Segundo ele, as aves já causaram vários acidentes e colocam em risco o tráfego aéreo, principalmente na aviação regional, que conta com aeronaves menores e, portanto, menos resistentes à colisão com animais.

O representante do Cenipa observou que o problema deve ser levado em consideração no planejamento da ampliação dos aeroportos.

— Com o aumento de tráfego aéreo, a expectativa é de que o risco de fauna irá aumentar e em aeródromos regionais também. Estamos abrindo novas rotas aéreas, isso é importante para o país, mas temos que tomar as medidas cautelares necessárias — destacou Oliveira.

O painel sobre aviação regional faz parte do ciclo Aviação Civil — gerenciamento, modernização, ampliação e principais óbices.

Sônia Furmado



Projeto cria critérios específicos para universalização dos serviços de telecomunicações

Amazônia Legal poderá ter regras de telecomunicações

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) analisa hoje, às 9h, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 250/2011, de autoria de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em caráter terminativo. A proposta estabelece obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para a Amazônia Legal. O relator, José Agripino (DEM-RN), apresentou voto favorável à matéria, que já foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A proposta altera a Lei 9.472/1997, conhecida como Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Com as alterações, a densidade de terminais de acesso coletivo será, no mínimo, 50% maior do que a prevista para as localidades das demais regiões do país. O projeto determina que os parâmetros de distância utilizados na determinação das áreas de tarifação básica, dentro das

quais as concessionárias são obrigadas a prestar o serviço com a tarifa local, serão, no mínimo, três vezes superiores aos adotados para as localidades das demais regiões.

Estabelece ainda que o atendimento às metas específicas para a região terá prioridade na distribuição de recursos públicos e veda que as obrigações de universalização dirigidas à Amazônia Legal sejam suprimidas, reduzidas ou substituídas para atender a outras regiões.

O relator explica que a ampliação proposta possibilitará que cada município da Amazônia Legal conte com pelo menos seis telefones públicos para cada mil habitantes. Argumenta também que ampliar em três vezes os parâmetros de distância que atualmente determinam as áreas de tarifação básica “é bastante razoável”, tendo em vista as dimensões dos municípios que compõem a região.

Paulo Bernardo participa de debate sobre infraestrutura

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, inaugura o quinto ciclo de debates da agenda programada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para o biênio 2013-2014. A agenda, intitulada Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país, terá como assunto neste ciclo a governança, os desafios operacionais, a segurança e a visão de futuro das telecomunicações. O primeiro painel terá como único palestrante convidado o ministro, que falará sobre as telecomunicações no Brasil. A audiência está marcada para as 7h30 de amanhã.



José Cruz/Agência Senado

Relatório final da LDO pode ser votado amanhã

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se amanhã para tentar votar o relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014. O encontro será realizado no Plenário 2, na Ala das Comissões da Câmara.

Na semana passada, a reunião da CMO foi suspensa pela quarta vez, sem que o texto do deputado Danilo Forte (PMDB-CE) tivesse sido votado.

(Da Agência Câmara)

Projeto prevê fim do teto para financiar casa própria

O teto de financiamento da casa própria pelo FGTS — que ontem passou de R\$ 500 mil para R\$ 750 mil (RJ, SP, MG e DF) ou R\$ 650 mil (outros estados) — deve acabar, segundo projeto (PLS 167/2011) de Lobão Filho (PMDB-MA) que hoje irá a votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Lobão diz que o teto é uma exigência excessiva se os compradores preenchem requisitos como capacidade de pagamento e não têm outro imóvel. A proposta tem relatório favorável de Walter Pinheiro (PT-BA), mas parecer contrário na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Segundo Pinheiro, mudanças no Sistema Financeiro da Habitação (SFH) levaram a um incremento significativo na oferta de recursos. Ele destacou que há pessoas com baixo poder aquisitivo e bens de elevado valor final.

Contrária ao projeto, a relatora substituta na CDR, Lídice

da Mata (PSB-BA), destacou a função social dos limites para preservar a política habitacional do governo. Para ela, a falta de um valor máximo permitiria que pessoas com maior renda e com acesso a recursos de outras fontes se utilizassem do SFH para comprar imóveis de luxo.

Outro texto em pauta é o PLS 321/2012, de José Agripino (DEM-RN), sobre o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia (Sistenet), com regime tributário diferenciado. Ao se inscrever, a nova empresa de tecnologia (*start-up*) com receita bruta trimestral de até R\$ 30 mil fica isenta temporariamente do pagamento de todos os impostos federais, estaduais e municipais. Ao fim de dois anos da inscrição, a empresa será automaticamente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples).



Frederico Albuquerque/Glo BSB

Imóveis que valem mais de R\$ 750 mil não podem ser financiados pelo FGTS

Senado debaterá pacto federativo em sessão temática com Mantega

Reforma do ICMS, cálculo das dívidas estaduais, estímulo ao desenvolvimento e incentivos fiscais inconstitucionais estão na pauta

A PRÓXIMA SESSÃO temática do Senado, sobre pacto federativo, terá quatro grandes debates: reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estímulo ao desenvolvimento regional, convalidação dos incentivos fiscais considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e troca do indexador das dívidas estaduais. A data da sessão está sendo negociada com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que deve participar.

As sessões temáticas foram instituídas pelo presidente

do Senado, Renan Calheiros, para permitir a discussão com especialistas e autoridades de outros Poderes. A primeira sessão temática discutiu a reforma política, e a segunda, o financiamento da saúde pública. O pacto federativo como pauta foi sugerido por Walter Pinheiro (PT-BA).

A convalidação dos incentivos fiscais ganhou urgência a partir das decisões do STF que asseguram a dois municípios goianos — Córrego do Ouro e Joviânia — repasse integral das cotas de ICMS. O governo de Goiás terá de recalcular as transferências, que foram feitas com desconto de benefícios fiscais dados pelo estado em dois de seus programas de atração de investimentos — Produzir e Fomentar. O governo de Goiás argumentou no STF que os valores da renúncia fiscal prevista não integram a arrecadação nem a cota geral dos municípios, equivalente a 25% da receita do ICMS.

Colaboraram para a decisão do STF a ausência de



Walter Pinheiro sugeriu o pacto federativo para a sessão temática do Senado

autorização unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para a concessão dos incentivos e uma série de acordos da própria Corte que consideram inconstitucionais os benefícios concedidos isoladamente pelos estados, conhecidos como instrumentos da “guerra fiscal”.

Em suas decisões, o STF tem reiterado que a Lei Complementar 24/1975 continua válida ao determinar que a concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos estados

representados no Confaz. A Constituição de 1988 teria recepcionado os dispositivos da lei ao prever a regulamentação dos incentivos por norma complementar.

Como a unanimidade em incentivo fiscal no Confaz sempre foi impossível, porque a concessão é um instrumento da “guerra fiscal” em que um estado com menor poder de atração de investimento privado cria uma vantagem competitiva com a renúncia de parcela do ICMS, o assunto acabou indo para a Justiça.



Ministro da Fazenda, Guido Mantega negocia a data do debate

Recálculo de cotas e súmula vinculante são riscos da “guerra”

Há dois riscos para os entes federados envolvidos na guerra fiscal. O primeiro, como no caso de Goiás, é o recálculo das cotas de municípios que se sintam afetados pelo desconto nos repasses. O segundo é a possibilidade de o STF editar uma súmula vinculante.

Para Delcídio do Amaral (PT-MS), que foi relator da reforma do ICMS na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os estados encontram-se diante de “uma situação absolutamente inadministrável” e, na possibilidade da súmula vinculante, com “a espada de Dâmocles sobre suas cabeças” — lenda romana sobre a instabilidade do poder que descreve a situação de alguém em risco iminente de sofrer sério dano. Para o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), a insegurança jurídica motivou a suspensão de investimentos.

Regras flexíveis para permitir legalização

Em busca de uma solução, o governo encaminhou ao Congresso, no início do ano, um projeto de lei complementar (PLP 238/2013) que abre caminho para a convalidação dos incentivos dados sem a unanimidade do Confaz. Se o texto for aprovado, flexibilizará as regras para legalizar situações do passado.

O projeto, que está na Câmara, resolve outro pleito dos estados: a troca do indexador das dívidas, do IGP-DI para o IPCA, e a redução dos juros de 6% a 9% para 4% ao ano.

Na reunião da CAE do dia 17, houve críticas à falta de coordenação pelo governo. Como o projeto integrava um arranjo maior para o pacto federativo, teria caído no esquecimento diante de dificuldades de componentes como reforma do ICMS, compensação da perda de receita dos estados e fundo de desenvolvimento regional.

Outro projeto prevê redução do ICMS até unificação total

Junto com o PLP 238/2013, a presidente da República, Dilma Rousseff apresentou um projeto de resolução (PRS 1/2013) que reduz gradualmente as alíquotas interestaduais do ICMS até atingir a unificação total em 2025. Na CAE, a proposta foi aprovada com modificações que desagradaram o governo e parte dos estados e, agora, aguarda acordo para inclusão na ordem do dia do Plenário do Senado.

Diante da falta de entendimento, perdeu eficácia a Medida Provisória 599/2012, que criava dois fundos: um para compensar perdas de arrecadação e outro para estimular o desenvolvimento regional.

Com o fundo, o governo pretendia enfrentar a falta de instrumentos federais que ajudem os estados pobres a superar as desvantagens competitivas na hora de atrair investimentos.

Renúncia fiscal supera o total de investimentos

Relator na comissão mista da MP 599/2012, Pinheiro propôs a retomada do debate sobre a guerra fiscal. Segundo ele, não é possível esquecer o assunto, sob o risco de “matar as unidades da Federação”.

Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que o modelo de atração de investimentos pela guerra fiscal está esgotado, pois a renúncia fiscal é superior em três vezes ao total dos investimentos dos estados. Para o senador, “é hora de pensar no país acima das questões estritamente regionais”.

Pelas regras atuais, os estados onde estão os portais de venda on-line ficam com a integralidade da receita do ICMS. A PEC aprovada pelo Senado introduz um esquema parecido com o da alíquota interestadual, em que uma parte da receita fica com o estado de origem e outra com o do destino das mercadorias.

Valdir Raupp ressalta relevância estratégica da agricultura no país

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou ontem que a agricultura tem importância estratégica para o



Waldemir Barreto/Agência Senado

país. Segundo ele, a participação do agronegócio na balança comercial brasileira atingiu 43,3% no primeiro semestre deste ano.

— A agricultura é e vem sendo o grande sustentáculo do nosso crescimento econômico — disse.

De acordo com Raupp, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) espera que o Brasil possa aumentar em mais 100 milhões de toneladas a produção de grãos nos próximos 20 anos, atendendo ao crescimento da demanda mundial por alimentos. Para que isso aconteça, observou o senador, serão necessários também mais investimentos em infraestrutura, principalmente armazenagem, estocagem, escoamento da produção (portos, rodovias, ferrovias, hidrovias) e tecnologia.

Eduardo Suplicy lê manifesto pela renda básica de cidadania

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em pronunciamento ontem, relatou as conclusões do 2º



Waldemir Barreto/Agência Senado

Colóquio Internacional NUPSI-USP e 11º Colóquio do Curso de Especialização em Psicopatologia e Saúde Pública, do qual participou. Também leu manifesto de intelectuais à presidente Dilma Rousseff, em apoio à renda básica de cidadania.

No documento gerado durante o evento, realizado pela Universidade de São Paulo (USP), entre 19 e 22 de setembro, os 26 signatários dizem esperar que Dilma dê um “salto adiante” em seu governo, criando um grupo de trabalho para instituir a renda básica de cidadania como direito incondicional de todas as pessoas. Eles citam experiências bem-sucedidas em vários países e em municípios brasileiros e também destacam a importância da proposta para a garantia da felicidade individual e coletiva.

Fertilização de rebanhos pode ter isenção

A Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais discute hoje, a partir das 7h30, a pauta de trabalhos até o fim do ano e vota projeto relacionado à fertilização de rebanhos. O texto isenta de Imposto Sobre Serviços (ISS) as atividades de

inseminação artificial do gado, fertilização in vitro e similares.

Na avaliação do autor do projeto (PLS 94/2013), senador Romero Jucá (PMDB-RR), a fertilização dos rebanhos e a produção de embriões “tem caráter nitidamente

industrial” e são necessários laboratórios equipados com maquinários apropriados e de alta tecnologia e com grande número de insumos específicos para o desenvolvimento e a transformação do material genético.



Jucá propôs isenção de imposto para inseminação artificial de gado

Pedro França/Agência Senado

Anteprojeto sobre arbitragem e mediação serão entregues amanhã

Comissão de juristas trabalhou durante cinco meses para elaborar propostas que ajudem a desafogar o Judiciário brasileiro

DOIS ANTEPROJETOS PRODUZIDOS por uma comissão de juristas serão entregues ao Senado amanhã: um que visa reformar a Lei de Arbitragem e outro que cria um marco legal para a mediação. A comissão, presidida por Luis Felipe Salomão, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), trabalhou durante cinco meses com o objetivo de estimular o uso da arbitragem e da mediação para desafogar o Judiciário e dar mais rapidez aos processos litigiosos.

Salomão explica que, na arbitragem, as partes em conflito escolhem um juiz privado para tomar a decisão. Na mediação não há um juiz, e sim um mediador, que, em vez de tomar uma decisão, estimula uma solução consensual.

Segundo o presidente da comissão, a mediação tende a ser mais utilizada para as chamadas demandas de massa, “pois tem potencial para chegar a um maior número de pessoas”, enquanto a arbitragem tende a se concentrar em questões de maior porte, por envolver valores maiores.

— Mas essa não é uma relação obrigatória — assinalou o jurista.

Salomão frisou que o anteprojeto sobre mediação se refere exclusivamente à mediação extrajudicial — aquela que é feita antes de recorrer ao Judiciário. Também salientou que o fortalecimento da arbitragem pode funcionar como um atrativo para os investimentos estrangeiros no país. Ele citou como exemplos os contratos para exploração de petróleo e as obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil.



Em audiência pública em agosto, comissão discutiu atualização das normas de arbitragem e marco legal para mediação

Arbitragem: atrativo para investimentos

O presidente da comissão do Senado tem insistido que o fortalecimento da arbitragem seria um atrativo para investimentos estrangeiros. Ele argumenta que determinados contratos — como os relacionados à exploração de petróleo do pré-sal e às obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas — atraem mais investidores quando existe a certeza de que certos problemas poderão ser resolvidos por meio da arbitragem.

— Por isso, vamos tratar da arbitragem nos contratos de natureza pública, mas sempre com cautela — reiterou Salomão.

Assim que os dois anteprojetos dessa comissão de juristas forem apresentados ao Senado, amanhã, o presidente da Casa, Renan Calheiros, poderá dar início à tramitação dos textos, sob a forma de projeto de lei.

Marco legal pode reduzir litígios no Brasil

Ao ressaltar a importância da mediação, Salomão observou que o Brasil registra cerca de 90 milhões de novas demandas judiciais a cada ano, “o que faz do país um dos mais litigantes do mundo”.

— Isso equivale a um litígio para cada dois habitantes. Na Austrália, por exemplo, há um litígio para cada 16 mil habitantes.

Ao contrário da arbitragem, que já possui uma norma específica (Lei 9.307/1996), a mediação ainda não tem um marco legal. Por isso, sua criação é o principal objetivo do anteprojeto. Uma das inovações é a possibilidade de a mediação ser feita por meio eletrônico não presencial, como a internet.

Como exemplos de áreas que podem ser beneficiadas com a mediação, Salomão citou as relações de consumo da telefonia.

Ministério da Justiça também preparou proposta

Além da comissão criada pelo Senado, houve outra, criada pelo Ministério da Justiça, que também elaborou um anteprojeto. Os dois grupos dialogaram. Mas, enquanto o anteprojeto do Senado trata só da mediação extrajudicial, o do ministério se refere à mediação extrajudicial e de outras modalidades. Salomão explicou que o foco da comissão do Senado foi a mediação extrajudicial “porque acreditamos que será ela efetivamente a que vai desafogar a Justiça”.

As duas comissões cogitaram apresentar um texto único, mas acabaram decidindo apresentá-los separadamente. A comissão do Ministério da Justiça deve apresentar seu anteprojeto ao Congresso nos próximos dias.

— Nada impede que o Parlamento unifique as propostas — disse Salomão.

Audiência debaterá conquistas indígenas na Constituição

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza hoje, às 10h, audiência para debater os 25 anos de promulgação da Constituição com enfoque nos avanços e retrocessos referentes à população indígena. A reunião foi requerida pela presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES).

Foram convidados, entre outros, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Sônia Boni dos Santos, a presidente interina da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Boulitreau Assirati, e o senador Romero Jucá (PMDB-RR), membro da Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição Federal.



Ana Rita propõe debate sobre efeitos da Constituição para os índios

Rolleberg critica projetos contrários ao direito dos índios

O senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) chamou atenção ontem, em Plenário, para as propostas legislativas que ameaçam os direitos das populações indígenas. Ele mencionou uma série de projetos que tramitam na Câmara dos Deputados e pediu aos parlamentares um entendimento que garanta “tranquilidade” para os produtores rurais, mas sobretudo para os indígenas, que, salientou, são o lado mais fraco da situação.

Rolleberg mencionou a Proposta de Emenda à Constituição 215/2000, que transfere ao Congresso a prerrogativa de demarcar terras indígenas. Ele afirmou que a aprovação representaria um retrocesso para os índios, cujos direitos ficariam submetidos a decisões políticas, e não técnicas.



Rolleberg aponta ameaças aos direitos das populações indígenas

Comissão discute falência e recuperação judicial

A comissão de juristas que apresentou o anteprojeto do novo Código Comercial (disponível para consulta pública até 18 de outubro, no Portal e-Cidadania) analisou ontem destaques apresentados ao texto. Os integrantes fizeram exposições sobre temas como

falência e recuperação judicial de empresas e os eventuais reflexos do projeto do novo Código de Processo Penal (CPC) no Código Comercial.

Os princípios aplicáveis à falência e recuperação das empresas são tema da Seção VI do anteprojeto. Ao comparar

a Lei de Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005) com legislações similares da França e dos Estados Unidos, o advogado e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro Márcio Souza Guimarães disse que existe no Brasil uma espécie de “ditadura do devedor”.

Ele explicou que na França, por exemplo, o credor também tem direito a pedir a recuperação judicial, enquanto no Brasil somente o devedor pode.

Consultor legislativo do Senado, Bruno Dantas observou que o novo CPC, que está em análise na Câmara, altera a chamada desconsideração da personalidade jurídica. Pelo texto, os sócios alvo de cobrança de dívidas de empresas das quais fizeram parte poderão se defender antes de ter bens bloqueados. Segundo ele, a questão também não pode ser desconsiderada na análise do novo Código Comercial.



Ministro do STJ João Otávio de Noronha (2º à esq.) preside a comissão responsável pelo anteprojeto do novo Código Comercial

Opine sobre o anteprojeto em <http://bit.ly/anteprojetoCC>

Grupo que vai propor soluções para financiar a educação será instalado hoje e colegiado que debaterá a segurança começa a trabalhar amanhã

Novas comissões buscam caminhos para a educação e a segurança

SERÃO INSTALADAS NESTA semana duas comissões temporárias criadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Hoje, a que vai propor soluções ao financiamento da educação no Brasil. Amanhã, a que vai analisar todos os projetos que tramitam no Senado sobre segurança pública.

Presidida pela senadora Ângela Portela (PT-RR), a comissão sobre financiamento da educação tem 90 dias para buscar meios de viabilizar a alocação de mais recursos, diante das dificuldades encontradas pelo país no setor.

O Brasil ficou na penúltima posição (entre 40 países) na relação global de qualidade de educação elaborada pela consultoria internacional Economist Intelligence Unit (EIU) e está em 85º lugar no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).



No ranking de qualidade da educação feito por consultoria internacional, com 40 países, o Brasil ficou em penúltimo lugar

A comissão temporária é formada por nove senadores, além de Ângela: Cyro Miranda (PSDB-GO), Ana Amélia (PP-RS), Ciro Nogueira (PP-PI), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Eduardo Amorim (PSC-SE), Paulo Paim (PT-RS), Acir Gurgacz (PDT-RO), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF), que foi escolhido relator.

— Todo país no mundo que se desenvolveu de fato priorizou a educação — disse Renan.

A comissão sobre segurança pública, com oito senadores, deve ser presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB). O relator será Pedro Taques (PDT-MT). Durante 90 dias, o colegiado analisará as propostas em discussão no Senado sobre o assunto, devendo propor

audiências públicas com especialistas da área, além de elaborar relatórios mensais sobre os temas discutidos. Na conclusão dos trabalhos, será apresentado um anteprojeto com medidas legislativas que visem, sobretudo, à redução da criminalidade.

— Vincular receitas temporariamente pode ser um caminho — afirmou Renan.

Valor de disciplina já cursada poderá ser deduzido da anuidade

A Comissão de Educação (CE) poderá aprovar amanhã, em decisão terminativa, projeto de lei apresentado em 2012 pelo então senador Cidinho Santos (PR-MT) que prevê desconto na anuidade ou semestralidade das faculdades, caso o aluno já tenha cursado matérias propostas pela grade da instituição ou opte por não cursar quaisquer uma delas.

Segundo o PLS 314/2012, a

instituição de ensino superior deverá descontar, do valor anual ou semestral, parcela referente à disciplina não requisitada ou já concluída com aprovação pelo aluno contratante.

Para Santos, é inconcebível que as instituições possam cobrar por disciplinas que o estudante já cursou em outra faculdade ou por aquelas em que não foi feita matrícula em um determinado semestre.

Incentivo para beneficiários do Fies será votado amanhã

A Comissão de Educação analisa amanhã, em decisão terminativa, projeto que concede incentivos à qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies) que não estejam no mercado de trabalho.

A proposta (PLS 9/2010), do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), sugere que a União estimule convênios

com estados e municípios para qualificar os profissionais.

O texto prevê o abatimento de 1% do saldo devedor consolidado por mês de participação em programa de qualificação. Os estudantes ainda poderão se beneficiar de bolsa de qualificação de R\$ 545 ou de R\$ 1.090, conforme a jornada da qualificação (respectivamente, 20 horas ou 40 horas semanais).

Situação de universidades será debatida no Senado

Os problemas da Universidade Gama Filho (UGF) e do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade) serão tema de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) amanhã, a requerimento dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Paulo Paim (PT-RS) e Ana Amélia (PP-RS). Foram convidados para o

debate Leticia Portugal e Juliene Salviano, representantes dos estudantes, respectivamente, da UniverCidade e da UGF, e Carlos Alberto Peregrino da Silva, representante da Sociedade Universitária Gama Filho.

A UGF, criada em 1939, e a UniverCidade, fundada em 1969, são grandes instituições de ensino superior do Rio de

Janeiro que têm enfrentado problemas financeiros nos últimos anos, resultando em salários atrasados, greves, protestos e uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na assembleia legislativa do estado. Alunos e professores têm contestado a administração do grupo Galileo Educacional, mantenedor das instituições.

Simon: governo se mostra incompetente diante da corrupção

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que o Estado brasileiro se mostra incompetente contra a corrupção. Ele se referia a denúncias de desvios de recursos no Ministério do Trabalho e à Operação Miqueias, da Polícia Federal, que desbaratou esquema de lavagem de dinheiro e fraudes em fundos de pensão dos municípios.

— Só pode ser incompetente um Estado que se deixa roubar tão facilmente.

Para ele, os casos de corrupção são tão rotineiros que não se dá mais atenção.

— Por que essa maldição? Porque vivemos a dura realidade da impunidade, quase pétrea, sempre sem-vergonha — disse, acrescentando estar espantado com a falta de firmeza da presidente Dilma Rousseff.

Mozarildo faz duras críticas ao governo de Roraima

Em pronunciamento ontem, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez duras críticas ao governo de Roraima, o qual considera uma “oligarquia” que comandaria um esquema de corrupção e o “desinteresse pelas causas públicas”. O parlamentar disse que pedirá uma ação efetiva do Ministério Público Federal, principalmente pelo que classificou de “endividamento absurdo” do estado.

— É pena que o meu estado tenha se transformado apenas num lugar para enriquecer não só ao governador, como a um grupo que está ao redor dele — disse.

José de Anchieta Júnior teve o mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), porém manteve o cargo por liminar do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



Waldemir Borreto/Agência Senado



Waldemir Borreto/Agência Senado

PROMULGAÇÃO DA PEC DA MÚSICA É TRANSFERIDA PARA O DIA 15

A sessão do Congresso destinada à promulgação da Emenda Constitucional 75, a PEC da Música, foi transferida para o dia 15, às 11h, no Plenário do Senado. Inicialmente, a sessão estava prevista para hoje. A proposta, aprovada na semana passada pelos senadores, concede isenção tributária a CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão mista da MP 621/2013 analisa relatório que determina registro provisório dos médicos estrangeiros pelo Ministério da Saúde

Ainda sem acordo, relatório final da MP do Mais Médicos pode ser votado hoje

A COMISSÃO MISTA que analisa a medida provisória que criou o Programa Mais Médicos (MP 621/2013) pode votar hoje o relatório final, elaborado pelo deputado Rogério Carvalho (PT-SE). A reunião será realizada às 11h30, no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado.

Na semana passada, deputados e senadores apresentaram sugestões ao parecer. Na quarta-feira, Rogério Carvalho apresentou complementação de voto, na qual aceitou sugestões apresentadas por alguns parlamentares. O novo texto determina que o registro provisório do médico estrangeiro ou do brasileiro formado no exterior será expedido pelo Ministério da Saúde, e não pelos conselhos regionais de Medicina, como acontece hoje.

Também determina que as faculdades particulares de Medicina que usarem hospitais públicos e a infraestrutura do Sistema Único de Saúde para que os alunos aprendam a parte prática do curso ofereçam uma contrapartida por utilizar as instalações públicas.

Rogério Carvalho aceitou ainda sugestão do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) em relação aos médicos estrangeiros que atuarem no Mais Médicos.



Em reunião na semana passada, senadores e deputados da comissão que analisa a MP 621 avaliaram sugestões ao parecer

— O programa poderá ser exercido por três anos, renovável por apenas um ano. A partir daí, quem quiser trabalhar, mesmo que no programa, tem que fazer a revalidação do diploma, ainda que não necessariamente o Revalida — explicou.

Voto em separado

Já o deputado Mandetta (DEM-MS) apresentou voto em separado com sugestão de que o Ministério da Saúde assuma total responsabilidade pela atuação dos médicos estrangeiros durante um ano, com dispensa, inclusive, do registro temporário desses médicos nos conselhos regionais de Medicina. O relator disse que será difícil acatar a sugestão.

Mandetta pretende sensibilizar o relator para que inclua no texto a carreira de Estado para médicos. Por meio de concurso público federal e dedicação exclusiva, os médicos seriam direcionados pelo governo para trabalhar onde existe carência desses profissionais.

O deputado também espera que, na medida provisória, o relator equipare os salários dos médicos residentes que já atuam nos hospitais ao salário recebido pelos médicos intercambistas no Programa Mais Médicos. Hoje, os residentes recebem uma bolsa de R\$ 2,6 mil para trabalhar 60 horas por semana. Os profissionais contratados pelo programa para uma especialização de três anos em atenção básica à saúde

vão ganhar R\$ 10 mil para trabalhar 40 horas semanais.

Apesar das negociações antes da votação na matéria, o líder do Democratas, deputado Ronaldo Caiado (GO), diz que não haverá acordo para aprovar a medida provisória na comissão especial.

— O que se faz na comissão é o que se chama acordo de procedimento, mas não existe nenhuma hipótese de nós termos acordo no texto. Nós vamos fazer um jogo de resistência e prestar esclarecimentos à sociedade brasileira do que eles estão fazendo com a medicina — afirmou.

A falta de consenso em torno do parecer já adiou a votação por duas vezes.

(Da Agência Câmara)

Médicos brasileiros formados na Bolívia devem poder atuar no Acre, diz Anibal

Anibal Diniz (PT-AC) disse ontem que o governador do Acre, Tião Viana, visitou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para pedir aperfeiçoamento no Programa Mais Médicos, a fim de que



profissionais brasileiros formados em Medicina na Bolívia possam atuar em cidades acrianas.

Anibal explicou que, pelas regras atuais, o programa veda a contratação de médicos de

países estrangeiros que não disponham de profissionais em quantidade suficiente.

— Esses brasileiros que se formaram na Bolívia não estão prestando serviços lá. Logo, não iriam desfalcar o serviço de saúde do país.

No mesmo discurso, Anibal

rebateu críticas ao programa de saneamento básico do governo publicadas em editorial da *Folha de S.Paulo*. Segundo o senador, os investimentos no setor são dos mais amplos na história do país e totalizaram, somente em 2013, R\$ 24,9 bilhões.

Comissão debate assistência a pacientes com anemia falciforme

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutiu na sexta-feira, na Câmara Municipal de Salvador, a política de concessão de benefícios para portadores de doenças hereditárias associadas a fatores raciais, como a anemia falciforme. A iniciativa do debate foi de Lídice da Mata (PSB-BA), relatora do PLS 389/2012, de autoria de Waldemir Moka (PMDB-MS). O projeto prevê a concessão de benefício mensal à pessoa portadora de doença hereditária e isenção do cumprimento de prazo de carência para recebimento de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

De acordo com Lídice da Mata, a escolha da capital da

Bahia como sede do debate deveu-se ao fato de o estado apresentar maior prevalência de anemia falciforme, com incidência de 1 caso para cada 650 bebês nascidos vivos,

enquanto em outros estados, a exemplo do Rio de Janeiro, é registrado 1 caso para cada 1.300 bebês.

— O objetivo deste debate é ouvir dos especialistas quais

são os principais entraves no diagnóstico e tratamento dos portadores de anemia falciforme. Essas informações nos ajudarão a melhor formatar os projetos de lei do Senado — disse a senadora.

Segundo Joice Aragão, do Ministério da Saúde, um levantamento mostrou que em torno de 180 mil crianças brasileiras possuem a doença e 80% delas morrem até os 5 anos de idade por falta de acompanhamento.

Os debatedores concluíram que, embora a Bahia lidere o ranking de casos de anemia falciforme no país, a doença avança em todo o Brasil, inclusive em estados onde a presença negra é menor.



Em Salvador, Lídice da Mata (C) discute diagnóstico e tratamento da doença

Ana Amélia pede aprovação de benefício a aposentados

Ana Amélia (PP-RS) pediu apoio para a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 76/2011, de autoria dela, que isenta do pagamento do Imposto de Renda os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com mais de 60 anos. O projeto está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A senadora lamentou que a renda dos aposentados que ganham mais de um salário mínimo tenha caído 81% entre janeiro de 1994 e janeiro de 2013. Ela criticou a ausência de política de valorização da renda da categoria, em contraste com os aposentados do setor público, que chegam a ganhar até R\$ 25 mil.

No mesmo pronunciamento, Ana Amélia saudou a atitude da presidente Dilma Rousseff, que ofereceu um almoço ao recém-empossado presidente do Paraguai, Horacio Cartes, para iniciar uma política de distensão entre os dois países.

Projeto reduz tempo para aposentadoria de pescadores

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) pode aprovar hoje regras para aposentadoria especial de pescadores e profissionais semelhantes. Além disso, o período de defeso poderá ser considerado na contagem do tempo de contribuição previdenciária. As medidas estão em dois projetos de lei (PLSs 150 e 152, de 2013) de Paulo Paim (PT-RS), consolidados em substitutivo de Ana Rita (PT-ES). Depois da CMA, seguem para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para averbar o período de defeso como tempo de contribuição, o trabalhador deverá apresentar requerimento ao INSS comprovando a inscrição no Registro Geral da Pesca. No tempo em que ficar afastado da atividade, receberá o salário-defeso, no valor do piso salarial da categoria.

Ao contrário do PLS 150/2013, o substitutivo não fixou o prazo de contribuição para o pescador ter direito a aposentadoria especial em 25 anos. Mas dispensa a comprovação de tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissão instalada em 17 de setembro tem inspiração em iniciativa do Senado do Chile e foi sugerida por Cristovam Buarque para promover debates sobre grandes temas

Um espaço para discutir o futuro do Brasil

Pedro Pincer

COMO FAZER O Brasil do futuro virar o Brasil no futuro. Assim, Cristovam Buarque (PDT-DF) descreveu o objetivo do novo colegiado da Casa. Instalada no último dia 17 pelo presidente Renan Calheiros, a Comissão Senado do Futuro tem a intenção de promover discussões sobre grandes temas e aprimorar a atuação do Senado nessas questões.

“O futuro dependerá daquilo que fazemos concretamente aqui no presente.” Citando a frase do líder indiano Mahatma Gandhi, Renan explicou o intuito da comissão.

— Teremos a missão de promover discussões sobre grandes temas e principalmente sobre o futuro do Brasil, como uma das nações mais promissoras, além de aprimorar

a atuação do Senado para contribuir efetivamente com as gerações que haverão de nos suceder.

Presidida por Luiz Henrique (PMDB-SC) e relatada por Cristovam, a comissão é composta por dez senadores e vai discutir temas como pacto federativo, o atual sistema de saúde e maneiras de enfrentar a violência urbana (*veja lista completa no quadro*). A primeira reunião está prevista para 14 de outubro e pretende debater o pacto federativo.

A ideia do relator, que contou que a comissão é inspirada em um colegiado semelhante no Chile, é que os debates sejam quinzenais e que cada um seja, posteriormente, formatado para publicação. Para Cristovam, as reuniões da Comissão Senado do Futuro vão ter um viés diferente do



Para Renan Calheiros (D), comissão vai fazer com que o Senado contribua efetivamente com as novas gerações

dos outros colegiados da Casa.

— Uma coisa que me incomoda é quando vejo que a gente quer debater os problemas e as pessoas vêm aqui dizer o que já estão fazendo. Os participantes deverão receber roteiros das questões que a comissão deseja responder em seus relatórios, de maneira a evitar que divaguem ou fiquem apenas mostrando o que já tem sido feito no passado. Eu quero saber, especialmente dos representantes do governo, o que falta fazer.

Luiz Henrique demonstrou entusiasmo em estar à frente da nova comissão.

— Presidir esta comissão é realizador porque ela significa tudo a que me propus quando fui diplomado senador. Vamos levar para o Senado

outra visão: a de que o Brasil precisa fazer um esforço na área da pesquisa científica e tecnológica, não apenas pelo aumento dos investimentos governamentais, como fizemos aqui, mas também no incentivo às inversões do setor privado que, diferentemente dos países que lideram a inovação, aplicam no Brasil muito menos do que o setor público no desenvolvimento de produtos de valor agregado.

Ele salientou a importância de o Brasil estar alinhado aos países que investem fortemente em ciência e tecnologia.

— Precisamos estar ao lado dos países líderes da inovação. Essa é a esquina histórica que nos fará avançar para o desenvolvimento ou estagnar, o que significa retroceder

definitivamente a uma economia pobre e atrasada. O futuro do Brasil estará marcado por uma decisão política pela educação, pela pesquisa científica e tecnológica, por um amplo investimento na saúde, por uma atitude, que é inadiável, de fazer um novo pacto federativo que descentralize a gestão.

Ana Amélia (PP-RS) felicitou Cristovam e Luiz Henrique pelos temas e destacou a infraestrutura e a educação, apontando a existência de um “aluno diferente” no país.

— Não tinha Google, um telefone celular que pudesse nos introduzir conhecimentos. Hoje temos um aluno inquieto e contemporâneo com a tecnologia, que veio para ficar. Precisamos apressar a caminhada para isso.



Cristovam: “Quero saber o que falta fazer, não o que está sendo feito”



Luiz Henrique: “O futuro passa pela educação, pela pesquisa e pela saúde”

Comissão Desafios do Futuro, do Chile, serviu de inspiração

Na apresentação do plano de trabalho, Cristovam assinalou que a ideia foi inspirada em iniciativa semelhante à que ocorre no Senado chileno, desde abril de 2012. A perspectiva futura de escassez de água, a distribuição de renda e a qualidade da educação são algumas das questões já abordadas pela Comissão Desafios do Futuro, cujo presidente é o senador Guido Girardi.

Um dos objetivos é conhecer as consequências do envelhecimento da população e os efeitos sobre os custos dos cuidados de saúde, previdência e trabalho.

Foi preparada uma lista de questões estratégicas para o Chile que podiam ser analisadas com uma perspectiva de futuro. Foram convidados representantes da Academia Chilena de Ciências e de universidades para construir uma agenda de trabalho.

Eventualmente, há a cooperação do Conselho do Futuro, que é estabelecido pelo Regimento Interno do Senado daquele país. O grupo tem a missão de prestar assessoria em temas relacionados a ciência, tecnologia e inovação.

Guido Girardi é um dos autores do projeto de criação

da comissão, num grupo que conta com Juan Pablo Letelier, filho de Orlando Letelier, assassinado pela ditadura de Pinochet quando ocupava o Ministério das Relações Exteriores, em 1976.

A ideia de criação do colegiado é de 2007, mas o requerimento na Câmara daquele país não foi aprovado à época.

O intuito da comissão chilena, que já fez encontros com cientistas e estudiosos assistidos por mais de 600 pessoas, de acordo com o relato de Cristovam, é funcionar como ponto de encontro e diálogo para que o Chile lance as

bases para um pacto social. A inspiração para instalar um colegiado semelhante no Senado do Brasil, finalizou o relator da comissão brasileira, vem da

ideia de que deve-se reunir todos os ramos da sociedade, com senadores de todas as vertentes, para construir uma sociedade justa e solidária.



Colegiado chileno pretende funcionar como base para lançar pacto social

Membros

PRESIDENTE
Luiz Henrique (PMDB-SC)

RELATOR
Cristovam Buarque (PDT-DF)

MEMBROS
Ricardo Ferrazo (PMDB-ES)
Ana Amélia (PP-RS)
Humberto Costa (PT-PE)
Paulo Paim (PT-RS)
Cyró Miranda (PSDB-GO)
Wilder Moraes (DEM-GO)
Blairo Maggi (PR-MT)
Eduardo Amorim (PSC-SE)

Assuntos em discussão

Primeiro debate será sobre o pacto federativo. As outras reuniões, ainda sem data definida, tratarão dos seguintes temas:

- Montagem de **infraestrutura econômica** para melhorar competitividade
- Como reformar plenamente o atual **sistema de saúde**
- Como fazer cidades pacíficas, indo além do **combate à violência**
- Como organizar o **sistema de educação**
- Como transformar o Brasil em celeiro de **criação científica e tecnológica**
- Como superar o quadro social **aliviando a pobreza**
- Como ter uma **organização política** que permita ao Brasil do futuro ter uma democracia consolidada

Saiba mais

Projeto de Resolução 25/2013, que criou a Comissão Senado do Futuro
<http://bit.ly/PRS25-2013>

Página da Comissão Desafios do Futuro, do Senado chileno
<http://bit.ly/DesafiosdelFuturo>

Site do 2º Congresso do Futuro, promovido pela comissão chilena em janeiro
<http://bit.ly/CongressodelFuturo>

Veja esta e outras edições do *Especial Cidadania* em www12.senado.leg.br/jornal/cidadania